

# FÓRUM SP 21

---

Avaliação do Plano Diretor e da Política Urbana de São Paulo

21.set — 01.out.2021

**S29** Sistema de planejamento e governança urbana

**T66** Espaços livres públicos potenciais e paisagem em áreas de vulnerabilidade social

Ana Cecília de Arruda Campos, Camila Paim, Eugenio Fernandes Queiroga,  
Isabela Sollero Lemos, João Meyer, Katia Canova, Talita Micheleti e  
Fabio Maris Gonçalves

quapa@usp.br

Lab QUAPÁ FAU-USP



## **Espaços livres públicos potenciais e paisagem em áreas de vulnerabilidade social**

Autores: Ana Cecília de Arruda Campos, Camila Paim, Eugenio Fernandes Queiroga, Fábio Mariz Gonçalves, Isabela Sollero Lemos, João Meyer, Katia Canova, Talita Micheleti.

Instituição: FAUUSP

Email: [quapa@usp.br](mailto:quapa@usp.br)

### RESUMO

Pensar e atuar sobre a cidade implica em ir além de projetos enquanto abordagem técnica, é incorporar à prática projetual o fortalecimento de governanças e comunidades locais, sobretudo de áreas mais vulneráveis, invertendo a lógica do planejamento urbano. A apropriação pública em situações cotidianas pode ser a chave de leitura para abordagem sistêmica dos espaços livres, valorizando os espaços potenciais onde ocorre a vida cotidiana e que pouca atenção recebem das políticas e projetos públicos. Partindo das discussões locais como instância de poder de decisão e escolhas, e levando-as para os planos regionais e plano diretor, de forma mais abrangente, viabiliza-se maior diálogo entre os agentes envolvidos, além de fortalecer a cultura urbana e construir o planejamento urbano como uma prática mais próxima e mais humana. Com as áreas mais vulneráveis recebendo investimentos mais diretos, incorporando as demandas locais com maior peso na discussão orçamentária, possibilita-se outra forma de distribuir os recursos públicos. Partindo-se dos espaços potenciais e das práticas cotidianas, incorpora-se à visão sistêmica de atuação, o conceito de direito à paisagem.

### PALAVRAS-CHAVE

Espaços livres potenciais, apropriação pública, práticas cotidianas, governança local, periferias.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de pesquisas desenvolvidas e em desenvolvimento pelo Laboratório Lab QUAPÁ, sediado na FAUUSP, desde 2006, ao longo de projetos temáticos sobre sistemas de espaços livres (SELS). Trata das áreas periféricas na cidade de São Paulo que são caracterizadas pela carência de espaços livres públicos qualificados para convívio e adequados para usos como manifestações culturais, recreação e lazer. São escassos, em muitas localidades, os equipamentos públicos como parques, centros esportivos ou polos culturais.

O Plano Diretor Estratégico (PDE) do Município de São Paulo (Lei Complementar nº 16.050/2014) inclui o Sistema Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (SAPAVEL) que engloba quatro planos municipais: (i) de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (PLANPAVEL); (ii) de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais; (iii) de Arborização Urbana e (iv) da Mata Atlântica. Estes planos integram a Política de Desenvolvimento Urbano do Município que por meio de políticas setoriais, urbanas e ambientais, são voltadas ao seu ordenamento territorial.

Embora os planos se relacionem com projetos urbanos e incorporem logradouros públicos como vias, ciclovias, escadarias e vielas, têm nas áreas ambientalmente protegidas o foco de suas propostas, como as unidades de conservação de proteção integral, áreas de preservação permanente, parques lineares, corredores ecológicos, áreas verdes, de propriedade pública ou privada. Justamente o PLANPAVEL que poderia avançar no sentido de proposições com relação aos espaços livres é o único dos planos municipais que não foi concluído<sup>1</sup>.

Existem inúmeros espaços livres que poderiam ser incorporados ao sistema de espaços livres públicos, suprimindo as demandas locais, analisando-se a paisagem pelo viés dos espaços potenciais. É viável constituir rede de espaços livres, considerando as estruturas existentes, partindo-se das centralidades de bairros, buscando pontos com grande fluxo de pedestres, como saídas de terminais de transporte público. É possível qualificar seu entorno em termos de mobilidade, com o tratamento de calçadas, largos, calçadões, dotando-os de sinalização, iluminação, mobiliário urbano ou arborização viária, ordenando o fluxo de pedestres e o comércio local. Mas muito mais que isso, e para além do ponto de vista morfológico exclusivamente, é viabilizar a incorporação de múltiplas manifestações culturais e apropriações existentes, já que muitas vezes as características mais marcantes destes lugares provém justamente das apropriações públicas cotidianas em seus espaços livres. Qualificar aquelas ruas

---

<sup>1</sup> Em novembro 2021.

onde movimentos socioculturais e outras redes ocupam e se solidarizam. Do mesmo modo, pode-se qualificar canteiros centrais de avenidas próximas, escadarias, vielas onde já ocorrem apropriações públicas, reconhecendo o valor destes espaços para estas comunidades, e pensar nestas passagens como espaços livres públicos com outras funções socioespaciais, talvez menos efêmeras ou mais culturais. Os jogos e brincadeiras de crianças, os esportes, a música e a dança, as festas, os encontros e conversas, ou mesmo o cultivo de hortas comunitárias como meio de segurança alimentar e geração de renda, são práticas que podem ser implementadas ou incentivadas.

São situações significativas, no sentido de caracterizar o todo pelo extraordinário, por sua unicidade. Ou situações representativas destes lugares, que remetem ao que é mais recorrente, e demonstram a vitalidade social e cultural de populações carentes de infraestrutura e vulneráveis socialmente. De qualquer forma, investir em tais situações cotidianas onde há forte apropriação pública no sentido de fortalecer a leitura sistêmica destes espaços livres significa fortalecer a cultura urbana e construir o planejamento urbano como um exercício mais próximo e mais humano.

A incorporação de bens materiais e imateriais relativos à memória e afetividade com o território, do patrimônio histórico e arqueológico local, bem como do patrimônio natural potencializam ainda mais esta rede de espaços livres, intervindo na paisagem de modo sistêmico. O PDE, através das Zonas Especial de Preservação Cultural (Zepec), Zepec Área de Proteção Cultural (ZEPEC/APC) e dos Territórios de Interesse da Cultura e Paisagem (TICP)<sup>2</sup>, garante os instrumentos, mas carece da visão sistêmica da leitura paisagem para proposta de intervenções que se efetivem de fato com a participação dos coletivos locais, das associações de moradores, conselhos e outros modos de representação da comunidade.

Ao implementar o Sistema Municipal de Planejamento, o Plano Diretor Estratégico estabelece nova função aos Planos Regionais das Subprefeituras (PRS): “detalhar as diretrizes do PDE no âmbito territorial de cada Subprefeitura, articulando as políticas setoriais no território e as especificidades locais a fim de orientar a elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras”. Enquanto nas legislações anteriores a regulamentação de uso do solo privado estava atrelada aos PRS, a partir do PDE-2014, os Planos Regionais das Subprefeituras têm como principal foco os espaços públicos. Regulamentado pelo Decreto nº 57.537/2016, o trabalho de

---

<sup>2</sup> No caso dos TICP, conforme Art. 315, V - “proporcionar, em especial nos TICP localizados em regiões de maior vulnerabilidade social, desenvolvimento de coletivos culturais autônomos, estimulando sua articulação com instituições de ensino, pesquisa, cultura e outras, que permitam a compreensão dos processos históricos, ambientais e culturais, locais e regionais.”

elaboração dos PRS foi essencialmente participativo e buscou uma imersão no território com a conformação de uma equipe multisetorial<sup>3</sup> e colaboração dos Conselhos Participativos das Subprefeituras.

Como resultado apresenta proposta da Rede de Estruturação Local composta por 446 perímetros de ação multiescalares que delimitam porções do território destinadas ao desenvolvimento urbano local que apresentam demandas e ações setoriais que necessitam de projetos coordenados de intervenção. Cada um dos perímetros estabelece o perímetro da área que articula demandas, problemas identificados, a partir de análises das diretrizes do PDE e de planos setoriais, das ações planejadas pelas Secretarias Municipais e consultas a representantes da sociedade civil, e procura caracterizar as principais questões identificadas na área a fim de apresentar objetivos e diretrizes para intervenção.

Cada um dos perímetros estabelece o perímetro da área que articula demandas, problemas identificados e investimentos previstos pelas secretarias municipais. Os perímetros reconhecem que esses problemas e obras se articulam no território, pelos espaços públicos. Estabelecem quais os interlocutores que deveriam ser chamados à mesa de trabalho, sejam secretarias municipais ou organizações sociais.

A experiência dos Planos Regionais das Subprefeituras expressa o desejo de construção de um modo de planejamento mais colaborativo e humano, que esteja imerso nas demandas e possibilidades apresentadas pelos territórios locais. Entretanto, os Núcleos Regionais de Planejamento (NRP) que deveriam promover a revisão e implementação das propostas, não tiveram a efetivação de seu potencial integrador (Secretarias e Conselhos Participativos), em processo contínuo de atuação.

---

<sup>3</sup> A responsabilidade de coordenação do processo de elaboração dos PRS coube ao Departamento de Urbanismo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (DEURB/SMDU) que conformou grupos de trabalho com técnicos das Secretarias Municipais, das Subprefeituras e 32 arquitetos urbanistas do Programa de Residência, convênio firmado entre a Prefeitura Municipal e FAUUSP.



Fig. 1: Jd. Ângela e Represa de Guarapiranga ao fundo. Fonte: Isabela Lemos, 2019.



Fig. 2: Parque do Canivete na Brasilândia. Fonte: Talita Micheleti, 2017.



Fig. 3: Córrego dos Brancos no Jd. Ângela. Fonte: Isabela Lemos, 2019.

## INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO EM PROJETOS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DA PMSP

Desde a década de 1980, a Prefeitura Municipal de São Paulo acumula diversas e distintas ações voltadas à habitação de interesse social na cidade por meio da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB). Nos projetos destacados, a partir de experiências de pesquisadores do Lab. Quapá, percebe-se a importância de haver maior envolvimento das comunidades locais para a qualificação dos espaços livres existentes, bem como a proposição de novas áreas que atendam às necessidades coletivas da população. A intensidade da participação das comunidades envolvidas refletiu-se na qualificação dos espaços livres resultantes.

Em 2011, a SEHAB promoveu o concurso público nacional “Renova SP”, com objetivo de selecionar propostas de Arquitetura e Urbanismo para Requalificação Urbana e Habitação de Interesse Social (HIS), visando a posterior contratação das equipes premiadas para elaboração de projetos no âmbito do Programa de Urbanização e Regularização de Assentamentos. Foram objeto do concurso 22 áreas denominadas Perímetros de Ação Integrada (PAI), definidas a partir de sub-bacias hidrográficas, dentre as quais 17 foram contempladas com projetos vencedores. Após a finalização do concurso, as equipes contratadas desenvolveram projetos de Urbanismo, Paisagismo, Infraestrutura e Arquitetura que, seguindo as diretrizes da SEHAB, tinham como principal objetivo promover a urbanização das favelas e loteamentos irregulares demarcados dentro dos PAI, com a provisão de infraestrutura básica, e a regularização fundiária, preferencialmente com o mínimo de remoções. Com base em levantamentos técnicos, foram demarcadas as áreas de riscos geológicos e hidrológicos onde deveriam haver remoções, fora delas, somente áreas imprescindíveis para a realização de obras de adequação ou implantação das redes de água, esgoto e drenagem poderiam ser demarcadas como áreas de remoção.



Fig. 4: Vista da área de risco geológico, favela Guapira II, Zona Norte. Foto: Camila Paim, 2014.

Foi o que ocorreu nos projetos desenvolvidos para o PAI Cabuçu de Cima 8, localizado na Zona Norte de São Paulo. Dentro do perímetro, as áreas de intervenção correspondiam a 7 favelas, 3 loteamentos irregulares e 5 núcleos urbanizados densamente ocupados. Com exceção das áreas de risco geológico e da faixa de segurança ao longo da Linha de Transmissão (linhão), os espaços livres existentes eram compostos basicamente pelas ruas, vielas, escadarias e córregos. Sendo assim, os projetos de Urbanismo e Paisagismo buscaram incorporar as áreas remanescentes das remoções ao propor pequenas praças, em geral associadas ao sistema viário ou às escadarias existentes.

Ao longo do desenvolvimento dos projetos, a SEHAB promoveu apresentações para os moradores das áreas de intervenção. Nestes momentos, a principal preocupação dos participantes estava relacionada às áreas de remoção, sobretudo porque não haviam definições sobre a relocação das famílias afetadas, uma vez que não existiam terrenos disponíveis dentro do perímetro para provisão de HIS. Os espaços livres propostos, nesse contexto, não receberam contribuições dos moradores que permitissem maior aproximação do projeto com as apropriações públicas já consolidadas no cotidiano do local.

Os projetos ligados ao “Renova SP” antecedem as revisões do PDE de 2014 e do Plano Municipal de Habitação (PMH), em 2016. Ambos têm em conta a necessidade de envolver a população nas ações de intervenção em regiões de vulnerabilidade social. O PDE<sup>4</sup> prevê a constituição de Conselhos Gestores (compostos por moradores, membros do Executivo e da sociedade civil) antes da elaboração de qualquer plano de urbanização para áreas de ZEIS 1,

<sup>4</sup> Lei Complementar nº 16.050/2014, art. 48.

entendendo a importância da participação neste processo. Em consonância com o PDE, o PMH indica ainda a necessidade de fortalecer as instâncias de participação em todas as etapas da intervenção, do planejamento ao pós-ocupação.

A partir da experiência do “Renova SP” e das disposições do PDE e PMH<sup>5</sup>, observa-se que nas ações do poder público, no contexto dos planos de urbanização de favelas e loteamentos irregulares, o papel dos espaços livres acaba restrito, na maioria das vezes, à uma leitura técnica e funcional. Necessidades básicas como a pavimentação de vias e vielas existentes, a implantação de iluminação pública e redes de água, esgotamento sanitário e drenagem são prioritárias não só no imaginário da população local. Ressalta-se a importância de aprofundar a leitura das áreas de intervenção, tidas como regiões a consolidar, observando a dimensão cotidiana desses locais, as formas de vida e as práticas dos moradores.

Uma outra experiência de atuação do poder público em espaços livres públicos municipais é a experiência denominada como Centro Aberto, e coordenada pela SP Urbanismo. Esse programa, nascido concomitantemente às discussões e propostas do PDE 2014, traz uma nova abordagem de ativação de praças, largos e espaços urbanos de grande intensidade de fluxo de pedestres, motivados em um primeiro momento por levantamentos e ações pautados pela segurança dos mesmos, e incrementados por projetos de mobiliário de permanência e ativações culturais e esportivas, de acordo com as demandas verificadas junto à vizinhança. Com escala de abordagem bastante restrita em termos de área de abrangência, permite o levantamento de fluxos de usos e registros de percepção sobre as apropriações, assim como levantamento de demandas junto à comunidade usuária. Teve suas primeiras aplicações em praças e largos do Centro Histórico, como o Lgo São Francisco e Paissandu, seguido do Lgo São Bento, Rua Galvão Bueno, e Lgo Gal Osório. Em sua terceira fase foi aplicado estudo de análise multicritério combinado à cartografia para a escolha de centralidades periféricas de grande potencial para recepção do programa, onde 12 novas localidades foram selecionadas, entre elas o Largo do Clipper, na Freguesia do Ó, o Lgo 8 de Setembro, na Penha, a Praça Itaquera, na zona leste, além de outras praças em Santo Amaro, na Lapa, Tucuruvi, Pari, Ermelino Matarazzo, São Miguel e M’Boi Mirim<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Projeto de Lei nº619/16, art. 58.

<sup>6</sup> Ver: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/projetos-urbanos/centro-aberto/>  
S29

## SITUAÇÕES SIGNIFICATIVAS E SITUAÇÕES REPRESENTATIVAS

Narrativas sobre as práticas cotidianas e apropriações em áreas vulneráveis na cidade de São Paulo são tão diversas e particulares quanto os recortes possíveis. O Jardim Ângela não é exceção. Distrito da zona sul da cidade, era em 2010 o segundo mais populoso com mais de 295 mil habitantes. Integra a subprefeitura de M’Boi Mirim junto com o distrito Jardim São Luis, totalizando mais de 550 mil pessoas com renda média familiar mensal de R\$ 2.964,16<sup>7</sup>. Somados, os dois distritos estariam entre os 40 maiores municípios do país. A vulnerabilidade está expressa nas condições socioeconômicas, bem como na urbanização de área ambientalmente frágil junto à Represa de Guarapiranga.

Mesmo com as propostas previstas no Plano Regional (Figura 5), tendo os espaços livres como foco da proposta, este considera situações como a qualificação do Terminal Jardim Ângela segundo multiplicidade de funções até esperadas para a centralidade que este equipamento público representa. Entretanto, o significado desta centralidade para a população local pode ser diversa do mesmo equipamento em áreas mais centrais da cidade. São estruturantes para uma população que percorre grandes distâncias para chegar até ali, vindo de áreas carentes de qualquer infraestrutura. Conhecer as particularidades locais e suas práticas cotidianas é fundamental para o entendimento desta paisagem, e identificação de suas potencialidades.

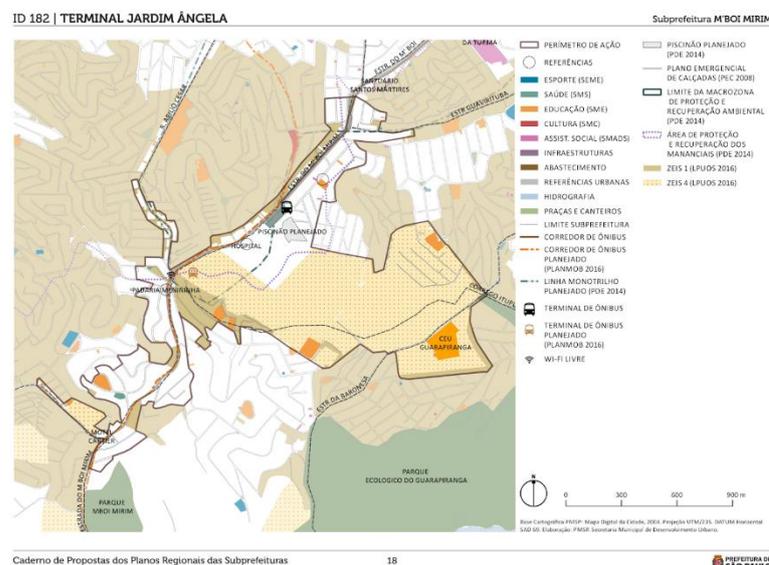


Fig. 5: Plano Regional da Subprefeitura M'Boi Mirim, 2018.

<sup>7</sup> De acordo com o Mapa da Desigualdade da Rede Nossa SP (2020), a renda média familiar mensal do distrito Jardim Ângela é R\$2.813,2, disponível em: <<https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Mapa-da-Desigualdade-2020-TABELAS.pdf>><sup>7</sup>, o 7o distrito, dentre os 96, com renda mais baixa da cidade. O Jardim Luis apresenta renda média familiar mensal de R\$3.115,08. D

A partir desse contexto de maior abrangência, propõe-se uma leitura mais aproximada e atenta aos detalhes de algumas situações espaciais específicas<sup>8</sup> no Jardim Ângela - lugar representativo da periferia paulistana. Em uma perspectiva de análise sistêmica socioespacial, também interessa perceber os arranjos práticos, ricos da ordem multidimensional, desta sociedade e nos acercar do cotidiano em uma leitura mais completa do lugar, para além de dados técnicos ou estatísticos. As apropriações públicas e interações socioespaciais são construídas pelas pessoas, coletivamente e cotidianamente.

Um exemplo é a estrada do M'Boi Mirim, considerada “situação significativa” por ser o principal eixo viário que estrutura a ocupação urbana de grande parte da zona sul, atravessando a Subprefeitura M'Boi Mirim. O trecho com maior concentração de comércio de alcance regional se inicia no Polo Cultural Jardim Ângela, conhecido como “Pracinha do WiFi”, seguindo até o Terminal Jardim Ângela que está ao lado do Hospital M'Boi Mirim.

A Pracinha do WiFi (Figuras 6 e 7) foi construída no início dos anos 2000 por demanda da população. A praça em si é um espaço livre relativamente pequeno, com desenho simples e com boa inserção urbana. Está elevada em relação à calçada e apresenta uma escada que contorna toda sua borda, criando uma arquibancada direcionada para as ruas que a margeiam. Além dos bancos, os degraus estão constantemente apropriados como espaços para sentar, conversar e contemplar a avenida de intenso movimento. O fato da praça oferecer WiFi livre desde 2012 é seu grande atrativo e faz com que, mesmo ela estando cheia de gente, não exista grande interação entre seus frequentadores. Por outro lado, é uma oferta gratuita de um serviço útil, com o qual grande parte daquela população não pode arcar<sup>9</sup>. As amplas copas das duas árvores oferecem sombra para todo o espaço de permanência da praça. Um dos equipamentos ali presentes é um palco, hoje pouco utilizado, revestido com grafites coloridos feitos pelos moradores.

---

<sup>8</sup> A “situação representativa” remete ao sentido quantitativo, ao que é mais recorrente, com várias situações análogas. Já a “situação significativa” é aquela que tem o papel de representar o todo pelo extraordinário, pelo singular. E entre esses dois critérios de análise existe uma série de “situações híbridas”, que se transformam de acordo com as circunstâncias do momento. No entanto, mais importante do que classificar tais situações é perceber que todas elas estão presentes no cotidiano das pessoas, fazem parte de seu dia-a-dia e, portanto, merecem nossa atenção.

<sup>9</sup> Este é um exemplo da lógica diferente na apropriação pública dos espaços livres diante dos avanços tecnológicos. A internet e redes sociais modificaram a capacidade de articulação e convívio, inclusive para difusão de eventos e mobilização prévia para lugares de encontro.



Fig. 6: Pracinha do WiFi vista a partir do canteiro central da M'Boi. Foto: Isabela Lemos, 2019.



Fig. 7: Pracinha do WiFi e M'Boi Mirim. Foto: Isabela Lemos, 2019.

No canteiro central em frente à praça (Figuras 8 e 9), as inúmeras barraquinhas dos camelôs oferecem os mais variados produtos à multidão que sobe e desce dos ônibus diariamente - ali se encontra de tudo! Vale ressaltar a criatividade desses vendedores, com altíssima capacidade de improvisar soluções engenhosas para construir estruturas de apoio para exposição de seus produtos, autênticas mostras de design popular. Esse canteiro central, composto pelo extenso ponto de ônibus, bancos e pontos de vendas dos camelôs estimulam eventos que podem ser caracterizados como “pracialidades”<sup>10</sup>. Tantas pessoas, sentadas ou caminhando, conversando,

<sup>10</sup> Eugenio Queiroga (2001) qualifica a praça a partir da natureza dos eventos nela verificados, mais que do sistema de objetos: "Quem define a praça é o que nela se realiza, assim um sistema de ações que apresente forte conotação pública, de livre acessibilidade, voltada ao encontro, é o que vai caracterizar um sub-espaco como praça. Neste sentido, situações de “pracialidade” podem ocorrer, eventualmente, em ruas, avenidas, descampados e até em edifícios [...]" (QUEIROGA, 2001).

comendo, contemplando a paisagem intensa, comprando coisas. Os olhares se voltam para elas, para suas ambições e enfrentamentos cotidianos.



Fig. 8: Canteiro central da M'Boi Mirim, com intensas apropriações públicas.

Foto: Isabela Lemos, 2019.



Fig. 9: Pracialidades no canteiro central da M'Boi Mirim vão além da comercialização de produtos. Foto: Isabela Lemos, 2019.



Fig. 10: Variedade de tipos comerciais e apropriações públicas na M'Boi Mirim.

Foto: Isabela Lemos, 2019.

Na calçada oposta à praça, lojas diversas induzem o aumento do fluxo de pedestres, reforçando a polaridade espacial do lugar, fachadas ativas, às vezes com balões e grandes faixas coloridas, música alta e funcionários com alto-falantes, anunciando as promoções da semana. Barraquinhas de comida e artesanato se estabelecem nos trechos de calçadas mais largas, criando pontos de permanência do espaço da rua. A vida pública local é pulsante e cheia de vigor.

A Estrada do M'Boi Mirim apresenta ocupação bastante consolidada em seu entorno, e seu caráter comercial e de serviços locais se distribui ao longo de todo o eixo da via até o Terminal. Nesse trecho de cerca de 1,2 km, as calçadas são relativamente largas e muito apropriadas pelo alto fluxo de pedestres e também pelas lojas que comumente expandem suas atividades para o lado de fora, com panfletagens e mercadorias. A intensidade do tráfego e os congestionamentos constantes em horários de pico não impedem pessoas de todas as idades de resolverem seus afazeres cotidianos e caminharem, tornando as calçadas lugares vibrantes e diversos.

Na outra extremidade do trecho analisado encontram-se o Terminal Jardim Ângela e o Hospital M'Boi Mirim, equipamentos de abrangência regional e intermunicipal. Pode-se dizer que os espaços livres desses equipamentos, que se estendem para as calçadas, potencializam a esfera de vida pública. Especialmente na área do Terminal, acontecem praxialidades facilmente reconhecíveis nas práticas sociais que se estabelecem nesses espaços não previstos para tal. Quiosques de comidas variadas, caixas bancárias, banheiros públicos e bancos para sentar são elementos que apoiam essas apropriações cotidianas que se expandem para o espaço da rua e,

juntamente com as demais atividades comerciais e de serviços ali presentes, definem outra importante polaridade na região.

Em um olhar mais amplo, não é o caso de se deter nas conhecidas questões de precariedades de infraestrutura, falta de manutenção de equipamentos e espaços livres públicos, insuficiência de serviços básicos, etc., que definem esse e outros territórios marcados pela fragilidade decorrente do processo de urbanização capitalista. Entretanto, é importante ter visão crítica frente aos significados do que representa essa Estrada, que é a principal referência do Ângela. Especificamente no trecho analisado, reconhecido como “área potencial”<sup>11</sup> do distrito, o que vemos desde o ponto de vista morfológico é: um grande corredor de transporte coletivo e automóveis que saturam as vias, margeado por empreendimentos comerciais locais de todos os tipos. É lugar muito simbólico. Contudo, vitalidade, energia, força e movimento são também suas características mais marcantes que provém justamente das apropriações públicas em seus espaços livres cotidianos. Aí está sua maior potência.

Em tantas ruas como a William Kramer (Figura 11), as soleiras das portas são lugares do convívio, das conversas, das brincadeiras e jogos, da transição entre o público e o privado. Se analisarmos os problemas de acessibilidade e mobilidade decorrentes das muitas interferências das calçadas apenas sob este viés, deixaremos de entender as particularidades de seus usos. Intervenções podem buscar conciliar as questões apresentadas gerando outros desenhos, mais abrangentes e inclusivos.



Fig. 11: Rua William Kremer. Foto: Isabela Lemos, 2020.

<sup>11</sup> O grupo de pesquisa LABHAB da FAUUSP definiu esse trecho como principal “área potencial” do Ângela, por configurar o mais relevante corredor comercial do distrito, com grande concentração de comércio de alcance regional. Ver: LABHAB. Programa Bairro legal, diagnóstico do Jardim Ângela, São Paulo, 2003.

Outra situação no distrito do Jardim Ângela acontece na Rua Francisco Sacco, uma via local, situada no bairro Jardim Herculano. Em seu cotidiano, a rua é igual a tantas outras do Ângela (Figura 12). De movimento relativamente tranquilo, lento e constante, com cachorros rondando, vizinhos conversando e ouvindo música, pedestres indo e vindo carregando sacolas, levando as crianças para a creche, sempre usando o leito carroçável, já que as calçadas muito estreitas são ocupadas com carros estacionados, nos dias comuns.



Fig. 12: Rua Francisco Sacco e apropriações cotidianas. Foto: Isabela Lemos, 2019.

Entretanto, o espaço da rua é usado duas vezes por semana como lugar de ensaio do “Bloco do Hercu”, o principal bloco de Carnaval dentre os catorze da região de M’Boi Mirim. Pode-se dizer então, que a Rua Francisco Sacco se configura como uma “situação híbrida” já que é somente a pulsação do ensaio que a torna extraordinária, significativa. É nesse momento que o som da bateria anuncia que as apropriações públicas serão outras, a concentração de pessoas será maior. Fora isso, é um lugar onde acontecem as pequenas sequências de eventos que compõem o dia-a-dia.

O Bloco do Hercu tem seu nome derivado do bairro de origem da maioria dos integrantes, expressando sua identidade vinculada ao território. É um grupo politizado, engajado socialmente, com posição política clara e aberta, e com muita lucidez no que diz respeito ao papel importante que exercem na região: ocupar e levar as pessoas para as ruas, promover cultura, oferecer divertimento e lazer gratuito, ensinar música aos jovens e integrar os moradores, estreitando suas relações de pertencimento ao lugar. Para se fortalecerem e ganharem voz, o Bloco do Hercu e os outros blocos da região de M’Boi se uniram em uma rede

de articulação importante. O Fórum dos Blocos de Carnaval promove ajuda mútua entre seus integrantes: trocam experiências, organizam os dias dos ensaios, contribuem na divulgação dos outros blocos, emprestam instrumentos, buscam apoio da prefeitura, etc.

Foi, então, pela consciência do papel significativo deste grupo que os vizinhos aceitaram o acordo e permitiram que os ensaios acontecessem ali - contanto que finalizassem até as 22 horas e que houvesse um espaço constantemente liberado para o fluxo de pedestres. Outro pacto foi selado com Dona Fátima, moradora da rua e proprietária da mercearia localizada na mesma quadra, que serve como importante ponto de apoio durante os ensaios, cedendo o uso de banheiros, fornecendo comidas e bebidas, e aproveitando o evento para aumentar as vendas.

Essa rua foi escolhida para os ensaios porque o mestre da bateria vive ali, em uma casa próxima a uma das esquinas, e em sua garagem todos os instrumentos ficam guardados. O vizinho que mora na casa da frente cedeu sua fachada frontal como um grande mural, onde foi feito um grafite com o símbolo e o nome do bloco. Também na garagem do mestre, os integrantes guardam seus cones próprios que são colocados nas duas esquinas logo antes do ensaio começar, interrompendo o trânsito para carros e delimitando seu espaço. Aquele é o território do Bloco do Hercu, e de quem mais quiser se unir à festa.

A quadra, durante os ensaios, é apropriada de outras formas. Em um dos extremos, fica a concentração de músicos rodeados de muitas pessoas que foram prestigiá-los e se divertir. A bateria potente reverbera, anunciando o Carnaval. Do outro lado, a mercearia da Dona Fátima agrupa pessoas como outro ponto de permanência, onde mesas são colocadas nas calçadas e as atividades de conversa, consumo de comidas e bebidas e interação se expandem também para a rua (Fig.15). Durante as horas do ensaio, pessoas vão e vêm do bloco à mercearia, em fluxo constante. Na outra esquina, moradores antigos colocam suas próprias cadeiras na calçada, assistem ao movimento propiciado pelo bloco, contemplam a paisagem e colocam a conversa em dia. Crianças jogam bola em toda a extensão da rua, permeando os músicos; jovens dançam e se paqueram; muitos bebem cerveja e alguns vão até a viela / escadão para fumar um cigarro de maconha e logo retornam para a festa; pedestres passam e dão um sorriso; pequenos grupos em roda fumam juntos seu narguilé; vizinhos admiram por suas janelas; luzes nas lajes se acendem e as fumaças das churrasqueiras indicam que vizinhos aproveitam o som do bloco para suas festas particulares.



Fig.13: Concentração dos músicos e festas nas lajes dos vizinhos. Foto: Isabela Lemos, 2019.



Fig. 14: Crianças se divertindo ao som do bloco. Foto: Isabela Lemos, 2020.



Fig. 15: mercearia da D. Fátima e apropriações públicas que acontecem a partir dela.

Foto: Isabela Lemos, 2019

A diversidade de atividades que acontecem simultaneamente no espaço com grupos de pessoas de diferentes faixas etárias constitui um lugar de rica vida pública, um espaço público vibrante, repleto de espontaneidade e potencialidades de ruptura do previamente estabelecido. As apropriações públicas acontecem de maneira dinâmica: algumas em espaços definidos e de permanência, outras são contínuas e fluídas ao longo de toda a quadra. A energia é constante. Assim, a força do bloco se irradia para a quadra e para a vizinhança, e aquele conjunto se configura como um todo, como uma unidade, sem fragmentos soltos. Cada prática social acontece somente por causa da outra e dos espaços que ocupam, compartilhando tempos e caracterizando modos de vida. Esses sujeitos sociais se sentem em casa, como se aquele território e as práticas socioespaciais que o constituem fossem seu grande quintal.

Apesar de por algumas horas, a alegria dos ensaios superar os cotidianos difíceis daquelas pessoas, a ação policial insiste em exercer o controle sobre o território e fazer sua inspeção em todos os ensaios. Neste caso, ao contrário da maioria dos outros da região, as abordagens não acontecem de maneira violenta. Algumas vezes, a viatura faz questão de passar pelo meio da rua, atrapalhando a todos, e solicitar documentos dos integrantes; em outras, policiais param suas motocicletas próximas aos cones e pedem informações sobre o evento, mesmo já estando cientes da situação. Mas o bloco não se intimida. Enquanto um dos músicos responde à ação da polícia, a música perpassa tudo, e “segue o baile”.

Ao anoitecer, se a iluminação da rua não é suficiente, outras soluções são facilmente improvisadas: da varanda da casa do mestre, uma escada portátil sustenta a vassoura onde o fio é enrolado, e dali uma lâmpada é pendurada. Embaixo dela, na última hora do ensaio, a configuração dos músicos é alterada, os instrumentos mudam, e uma animada roda de samba entre amigos encerra a noite. A lógica está na auto-organização, na negociação e na emergência não-programável da inovação. Fim do ensaio, e tudo volta ao normal.



Fig. 16: Ensaio do Bloco do Hercu na Rua Francisco Sacco. Foto: Isabela Lemos, 2019.

O convívio na rua, sobretudo a partir das práticas culturais e de lazer, gera relações de solidariedade e reconhecimento. Crianças são amplamente motivadas pelo Bloco do Hercu, sonham e vislumbram possibilidades. Mulheres se sentem representadas ao verem tantas integrantes femininas. A apropriação pública daquele espaço é construtora de identidade. Estabelece laços de pertencimento e estabelecimento de fronteiras porosas. São pactos que constroem as práticas e os grupos sociais que as alteram. Da pacata rua “de bairro”, a lugar de ensaio do principal bloco de Carnaval do distrito. E todas as complexidades de um espaço que se transforma.

Através dessas situações, entende-se que a leitura espacial de ordem sistêmica dos espaços livres cotidianos periféricos e suas diversas interpretações favorecem a apreensão das demandas locais. As apropriações públicas, utilizadas como categoria de análise, podem indicar intervenções possíveis, fortalecendo os espaços livres locais. Usar da relevância da escala local para, a partir dela, compreender a cidade pode ser um processo educativo e pedagógico, e que contribui para o empoderamento da cidadania.

## CONCLUSÃO

Apesar de sua potência, os espaços livres de uso cotidiano ainda são tratados como temas de menor relevância dentro da lógica de planejamento urbano vigente, fazendo com que a própria população lhe atribua menos urgência diante das muitas outras reivindicações existentes: moradia, saneamento básico, acesso à equipamentos públicos e segurança. Enquanto estes temas já estão bem consolidados no imaginário popular como parte essencial do direito à  
S29

cidade, o direito à paisagem ainda é visto como um ‘bem compressível’<sup>12</sup>, ou seja, aquele que assume uma posição secundária a ser reivindicado após certa garantia dos direitos fundamentais. Nesse sentido, fica claro que, ao participar dos processos participativos de planejamento, no modelo atual, a população prioriza sua pauta em torno do que é inadiável e ainda demanda massivos investimentos orçamentários. Enquanto algumas carências infraestruturais presentes nas periferias só poderão ser sanadas a partir de ações coordenadas do poder público, como a qualificação dos espaços livres públicos, mantém-se numa esfera de ação cotidiana, cuja coordenação local e comunitária permite intervenções pontuais mais significativas.

O conjunto de experiências vivenciadas pela equipe Lab. QUAPÁ mostra que, mesmo em processos de planejamento urbano que procuraram maior articulação com as questões oriundas do território e focadas nos espaços públicos, como foi o caso dos PRS, a urgência quanto ao atendimento das necessidades básicas se sobrepõem às demais pautas em discussão. No caso dos PRS, fica evidente a ampliação de perímetros de ação com objetivos vinculados ao atendimento habitacional, regularização fundiária e solução de problemas de saneamento ambiental, à medida que nos dirigimos às periferias de São Paulo. Ou seja, são acrescidas camadas de complexidade que estão diretamente ligadas à qualificação dos espaços públicos desses territórios.

Em decorrência dos territórios sem espaços livres disponíveis e escassez de recursos financeiros para a escala da demanda que se coloca, busca-se a integração de ações sobre os ELs, perseguindo a lógica de equipamento plural, o mais aberto possível e que faça a função de espaço público qualificado. Entretanto, isto não reduz a necessidade de maiores investimentos públicos diretos nas áreas de maior vulnerabilidade social a partir da reestruturação da forma administrativa e do próprio planejamento, com ênfase nos planos de bairro.

A força dos interesses locais é determinante para a qualificação do território e busca de alternativas que façam sentido de fato. Investir nos espaços livres potenciais de uso cotidiano nas periferias contribui não apenas para dinamizar os pólos de centralidade, mas também para fortalecer os interesses locais e criar capacidades de governança nos territórios. Assim, pode-se vislumbrar a convocação da cidadania para sustentar as políticas e impulsionar a criação de

---

<sup>12</sup> LIMA, Catharina P. C. S.; ALBUQUERQUE, Elaine M.; LIMA, Gabriel C. S.; WEHMANN, Hulda E. O direito ao (in) compressível: arte, cidade, paisagem e transformação social. RUA, Campinas, SP, v. 23, n. 2, p. 291–309, 2017. DOI: 10.20396/rua.v23i2.8651144. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8651144>. Acesso em: 13 set. 2021.

soluções mais completas, integrais e eficientes. Uma ciclovia, mais que um modal, pode integrar bens significativos, trajetos afetivos, circuitos culturais e bens naturais, potencializando a sua implantação e sua apropriação pública. Pode qualificar pessoas da comunidade para prestação de serviços associados. A vida pública não ocorre principalmente nos equipamentos públicos ou nos espaços de moradia e trabalho, mas entre eles, nos espaços dos percursos a atividades do cotidiano.

A transformação e qualificação desses espaços exige muito mais do que obras, sejam elas de equipamentos ou de infraestruturas públicas. Depende da efetiva mudança das práticas públicas e privadas. Os espaços já abrigam as respostas e as potências, tanto na sua materialidade física quanto nas suas rotinas cotidianas. Intervenções e políticas que convoquem a população, os agentes privados (comércio e empresas) e agentes públicos (das várias secretarias municipais) para gradual e continuamente repactuar as condições de uso e gestão desses espaços exigem que os espaços não sejam encarados como problemas, mas como instrumentos de construção e reconstrução de pactos e práticas.

Os espaços livres de uso cotidiano nas periferias paulistanas não são apenas exíguos, residuais, fragmentados, mal projetados e mal mantidos pelo poder público, são muito mais que isso quando observamos as ricas e diversas formas de apropriação cotidianas. São espaços de sociabilidades múltiplas, onde se questionam, cotidianamente, o instituído, as ordens, normas, regras, padrões e racionalidades hegemônicas. Os diferentes sujeitos sociais têm nos espaços livres das periferias o *locus* principal para a realização de práticas socioespaciais solidárias, inovadoras, transformadoras. A forma não reduz a ação, a vida cotidiana nos espaços livres é, na periferia, ato político em si.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GONÇALVES, F. M. Rua, o lugar da vida pública: conceitos, especificidades e desafios. 2020. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

LABHAB. Programa Bairro legal, diagnóstico do Jardim Ângela, São Paulo, 2003.

LIMA, C. P. C. S.; ALBUQUERQUE, E. M.; LIMA, G. C. S.; WEHMANN, H. E. O direito ao (in) compressível: arte, cidade, paisagem e transformação social. RUA, Campinas, SP, v. 23, n. 2, p. 291–309, 2017. DOI: 10.20396/rua.v23i2.8651144. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8651144>. Acesso em: 13 set. 2021.

MACEDO, S. S. (Org.) ; QUEIROGA, E. F. (Org.) ; CAMPOS, A. C. M. A. (Org.) ; GALENDER, F. (Org.); CUSTÓDIO, V. (Org.). Os sistemas de Espaços Livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2018.

QUEIROGA, E. A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e razão comunicativa. 2001. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SÃO PAULO (Cidade). Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014. Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU. Diário Oficial da Cidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU. Revisão dos Planos Regionais das Subprefeituras, de 16 de dezembro de 2016. São Paulo: PMSP, 2016. Disponível em: <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/planos-regionais/arquivos/>>. Acesso em: 2 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB. Plano Municipal de Habitação de São Paulo. Projeto de Lei nº 619/16, dezembro de 2016. São Paulo: PMSP, 2016. Disponível em: <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/PMH\\_2016\(1\).pdf&ved=2ahUK\\_EwiHq6rvr5v0AhWKDrkGHXIRDJ0QFnoECAwQAQ&usg=AOvVaw2PUkPB0vwYIjRWQ6r9S\\_kf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/PMH_2016(1).pdf&ved=2ahUK_EwiHq6rvr5v0AhWKDrkGHXIRDJ0QFnoECAwQAQ&usg=AOvVaw2PUkPB0vwYIjRWQ6r9S_kf)>. Acesso em: 2 nov. 2021.